Centro Social e Paroquial de São Mateus da Calheta

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da/o Centro Social e Paroquial de São Mateus da Calheta, ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do artigo 14.º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, as contas relativas ao exercício de 2021, foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta instituição, cspsm@sapo.pt, até 31 de maio do ano seguinte ao exercício*.

   *Ou em data posterior quando houver enquadramento legal excecional para tal.

2. De acordo com o estabelecido no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada a adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2021 a entidade:

   ☐ Realizou obras de montante superior a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
   ☐ Realizou obras de montante superior a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
   ☒ Não realizou obras de montante superior a 25.000 €, pelo que não se aplica o artigo 23.º.
   ☐ A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o artigo 23.º.

3. Temos conhecimento de que a aquisição de bens ou serviços, objeto de apoio através de **Contrato de Cooperação Valor Investimento** (CCVI) ou de **Contrato de Cooperação Valor Eventual** (CCVE), de valores superiores a 15.000 €, está sujeita a à aplicação do Código dos Contratos Públicos e/ou Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, assim como à respetiva publicação no Base-Portal dos Contratos Públicos.

Angra do Heroísmo, 27 de Maio de 2022

Presid. Pe. Marcos Henrique Pereira Miranda

Vice – Presid. Vasconcelos António Rodrigues Silva Câmara

Secretária - Maria de Fátima Ferreira Ramos Dias

Tesoureira - Sandra Maria Ourique Almeida

----------ATA NÚMERO DEZANOVE----------

----Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte dois, reuniu na sala de reuniões do Centro Social e Paroquial de São Mateus da Calheta, a direção, estando presentes, o presidente, Sr. Padre Marcos Miranda, o vice-presidente Sr. Vasconcelos Câmara, a secretária Fátima Ramos Dias, e a tesoureira Sandra Almeida, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

----Ponto único: Conta de Gerência do ano 2021----------

----Iniciou-se a reunião com o ponto único, designadamente a colocação para análise e discussão do Relatório de Gestão do ano 2021. ----------

----O Resultado Líquido do ano de 2021, foi positivo no valor de quarenta e três mil, oitocentos e setenta e cinco euros e trinta e dois cêntimos (€43 875,32), que irá ser transferido para a conta de resultados transitados. ----------

----Após proposta de aprovação da Conta de Gerência de 2021, a mesma foi aprovada por unanimidade. ----------

----O Relatório de Gestão e todos os documentos referidos no mesmo, serão assinados pela Direção. ----------

----Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros presentes desta Direção. ----------

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2021

1 - Introdução

A CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA, com sede social em RUA PADRE LUIS CASIMIRO, 2, com um capital social de 211.583,58 €, tem como atividade principal Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2021.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

A pandemia causada pelo COVID-19 fez mergulhar o mundo numa profunda crise social e económica. As sucessivas vagas de infeção e as restrições sanitárias fizeram de 2020 um período negro do ponto de vista dos mercados globais. O ano fechou com grandes incertezas em relação ao futuro, com a variante DELTA a surgir na reta final e a causar mais problemas para todos os países.

As soluções começaram a chegar em 2021 com o surgimento das vacinas contra o COVID-19. Estas novas armas de combate à pandemia permitiram um reabrir tímido de vários setores e atividades e o início do caminho de retoma económica. À medida que as taxas de vacinação foram aumentando, também os principais indicadores económicos foram melhorando. As perspetivas do futuro tornaram-se mais otimistas com a perceção crescente de que os piores cenários projetados para aos próximos 5 anos talvez não se viessem a realizar.

No entanto, nem tudo correu como idealizado, segundo os especialistas, um dos maiores legados da pandemia COVID-19 será o aumento das desigualdades económicas e sociais entre países e concidadãos que se fará sentir durante largos anos, facto que se veio agravar com a desigualdade de acessos às vacinas.

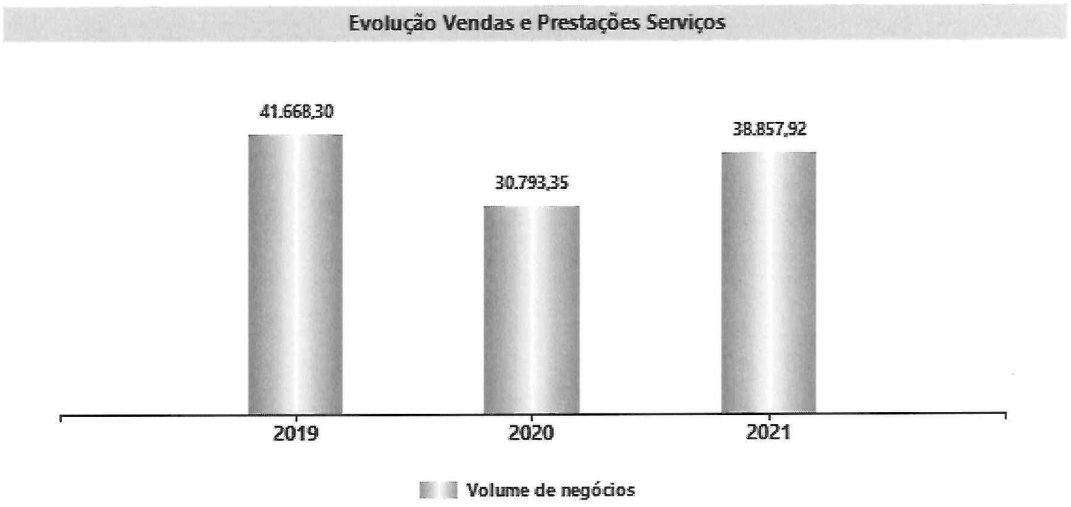
A nova variante OMICRON, que fez disparar os casos de infeções, numa altura em que grande parte das populações já se encontrava vacinada veio obrigar ao recuo nas medidas de desconfinamento em diversos países, trazendo de volta uma incerteza, já familiar, com a que se fez sentir em 2020. Por fim, a recusa da vacinação, por parte de um número considerável de pessoas em diferentes países (ex. EUA), dificultou o combate a esta doença.

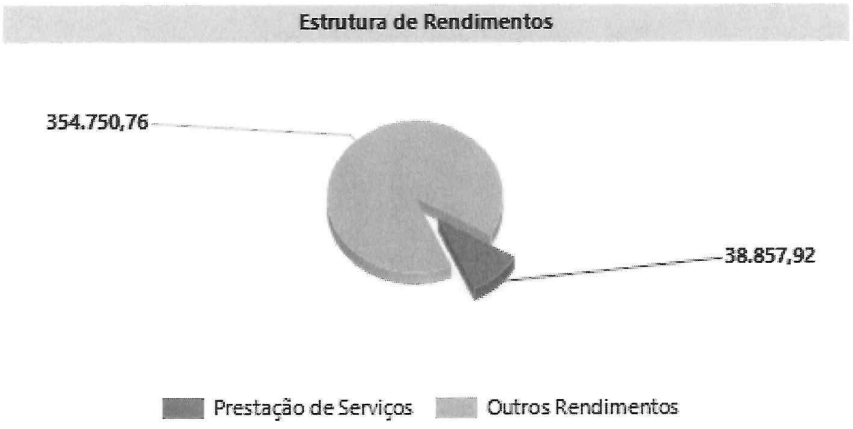
Em suma, 2021 fechou com fortes sinais de uma recuperação económica cuja expetativa inicial era que se iria manter em 2022. No entanto, a invasão russa da Ucrânia e a subsequente guerra, veio destabilizar os mercados internacionais, com as sanções à invasora Rússia a impactarem a vários níveis o abastecimento de matérias-primas na Europa e, em escala menor, nos EUA. Espera-se que a escalada dos preços no mercado energético venha a colocar uma pressão adicional nos preços dos bens, causando um agravamento da inflação esperada. Consequentemente, torna-se muito difícil prever o futuro dos mercados, bem como da crise humanitária já visível.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

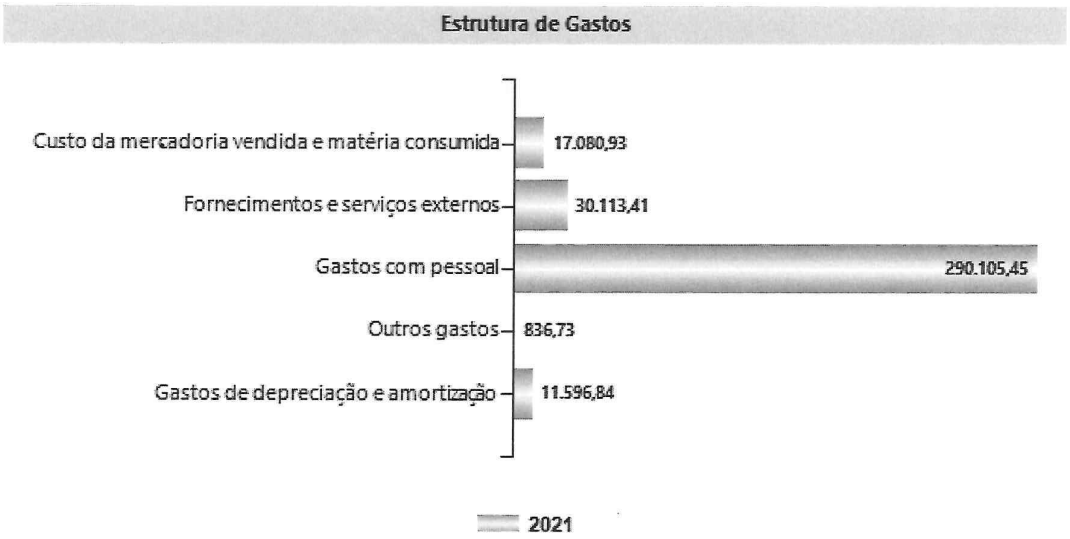
No período de 2021 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 38.857,92 €, representando uma variação de 26,18% relativamente ao ano anterior.

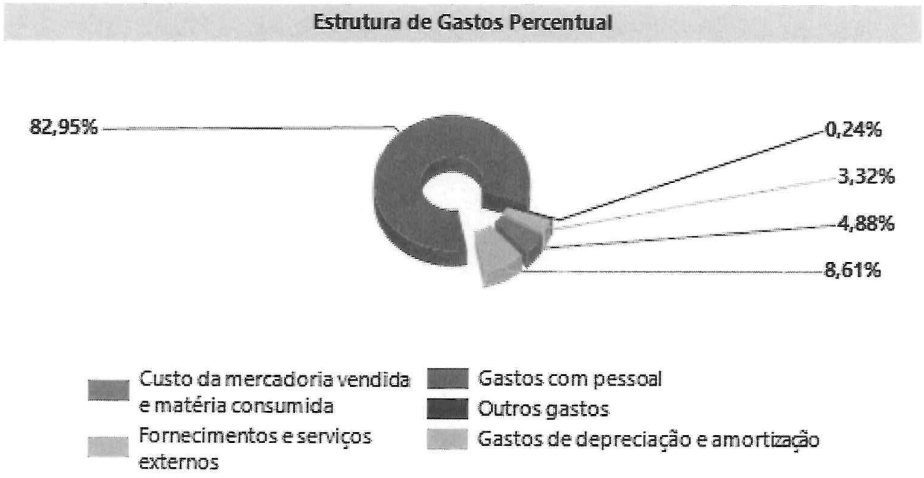
A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:





Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

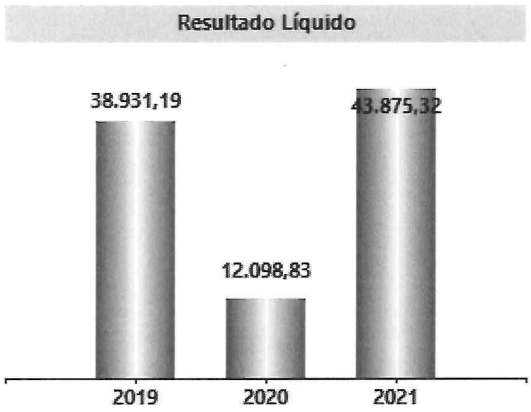


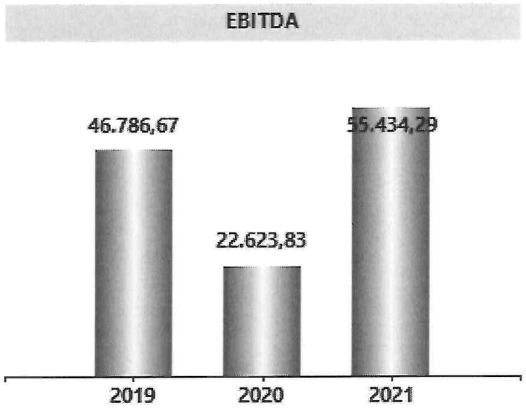


No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apesenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

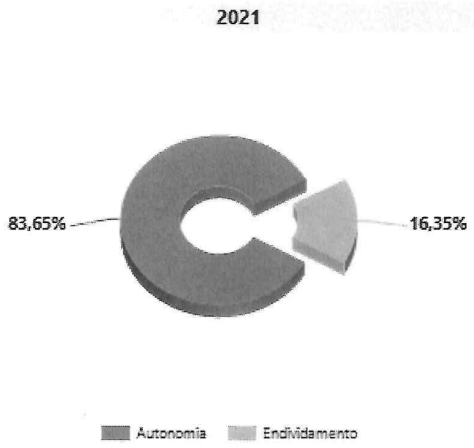
RUBRICAS	PERIODOS		
	2021	2020	2019
Gastos com Pessoal	290.105,45	277.745,87	269.276,81
Nº Médio de Pessoas		16	16
Gasto Médio por Pessoa		17359.12	16829.80

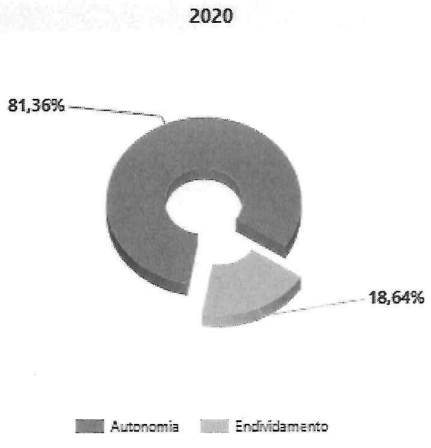
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.





Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:





De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2021		2020	
Ativo não corrente	208.166,54	64 %	207.508,20	76 %
Ativo corrente	117.598,02	36 %	66.695,42	24 %
Total ativo	**325.764,56**		**274.203,62**	

RUBRICAS	2021		2020	
Capital Próprio	272.500,81	84 %	223.102,11	81 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	53.263,75	16 %	51.101,51	19 %
Total Capital Próprio e Passivo	**325.764,56**		**274.203,62**	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA no período económico findo em 31 de dezembro de 2021 realizou um resultado líquido de 43.875,32€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2021

Os resultados serão transferidos para a conta de resultados transitados

5 - Outras Informações

A CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2021.

Não foram realizados negócios entre a associação e os seus Orgãos Sociais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

No contexto actual da situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a actividade futura da empresa seja afectada. Encontramo-nos neste momento a reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-

lo, se necessário, a esta nova realidade.

6 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos utentes e associados e fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

ANEXO

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA

ANO : 2021

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

5 - Inventários

5.1 Quantia escriturada de inventários

6 - Rendimentos e gastos

6.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

6.2 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

8 - Instrumentos financeiros

8.1 Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

9 - Benefícios dos empregados

9.1 Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

9.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

10 - Divulgações exigidas por diplomas legais

10.1 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

11 - Impostos e contribuições

11.1 Outras divulgações relacionadas com impostos sobre os rendimentos

11.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

12 - Fluxos de caixa

12.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA
Número de identificação de pessoa coletiva: 512086273
Lugar da sede social: RUA PADRE LUIS CASIMIRO, 2
Endereço eletrónico: cspsm@sapo.pt
Página da internet:
Natureza da atividade: Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)
A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação
As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação
Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade
As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras do exercicio anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data

são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

Não se aplica.

- Investimentos financeiros

Não se aplica.

- Imposto sobre o rendimento

A Associação encontra-se isenta ao abrigo do artigo 9.º do codigo do Imposto sobre Rendimento das Pessoas coletivas

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

Não se aplica.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Não se aplica.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e/ou no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do mês seguinte àquele em que o bem entrou em funcionamento.

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		193.948,29	80.899,23	23.044,08	71.388,92			31.433,88		400.714,40
Depreciações acumuladas		44.448,83	77.534,76	3.072,55	68.609,27					193.665,41
Saldo no início do período		**149.499,46**	**3.364,47**	**19.971,53**	**2.779,65**			**31.433,88**		**207.048,99**
Variações do período		**(5.125,04)**	**1.571,60**	**(4.608,82)**	**(644,63)**		**488,27**	**8.876,04**		**557,42**
Total de aumentos			**2.000,00**		**1.156,72**		**519,93**	**8.876,04**		**12.552,69**
Aquisições em primeira mão			2.000,00		1.156,72		519,93	8.876,04		12.552,69
Total diminuições		**5.125,04**	**1.408,28**	**4.608,82**	**423,04**		**31,66**			**11.596,84**
Depreciações do período		5.125,04	1.408,28	4.608,82	423,04		31,66			11.596,84
Outras transferências			**979,88**		**(1.378,31)**					**(398,43)**
Saldo no fim do período		**144.374,42**	**4.936,07**	**15.362,71**	**2.135,02**		**488,27**	**40.309,92**		**207.606,41**
Valor bruto no fim do período		*193.948,29*	*83.879,11*	*23.044,08*	*71.565,76*		*519,93*	*40.309,92*		*413.267,09*
Depreciações acumuladas no fim do período		*49.573,87*	*78.943,04*	*7.681,37*	*69.430,74*		*31,66*			*205.660,68*

5 - Inventários

5.1. Quantia escriturada de inventários

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado o sistema de custeio custo médio ponderado. Foi

usado o sistema de inventário intermitente.

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais						
Compras		17.080,93	**17.080,93**		11.922,99	**11.922,99**
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		**17.080,93**	**17.080,93**		**11.922,99**	**11.922,99**
OUTRAS INFORMAÇÕES						

6 - Rendimentos e gastos

6.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:
- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	38.857,92	30.793,35
Juros	37,87	82,93
Total	**38.895,79**	**30.876,28**

6.2. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	1.540,00	
Serviços especializados	**14.429,04**	**10.070,34**
Trabalhos especializados	6.555,89	3.741,58
Honorários	3.617,06	4.869,44
Conservação e reparação	4.081,05	1.243,43
Outros	175,04	215,89
Materiais	**3.393,59**	**3.616,95**
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	238,90	577,19
Material de escritório	3.139,69	3.039,76
Artigos para oferta	15,00	
Energia e fluidos	**5.229,15**	**4.811,98**
Eletricidade	3.981,51	3.922,80
Combustíveis	416,29	290,00
Água	831,35	599,18
Deslocações, estadas e transportes	**17,50**	
Transportes de mercadorias	17,50	
Serviços diversos	**5.504,13**	**5.122,47**
Comunicação	1.472,48	1.708,36
Seguros	1.116,39	907,33
Limpeza, higiene e conforto	2.474,60	747,63
Outros serviços	440,66	1.759,15
Total	**30.113,41**	**23.621,74**

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

No que se refere ao reconhecimento estabelece a SNC-ESNL que os subsídios do Governo só devem ser reconhecidos após existir segurança de que:
a) A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e
b) Os subsídios serão recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem (em termos práticos esta regra aproxima-se do preconizado no artigo 22.º do CIRC. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração									
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídos ao investimento									
De subsídos à exploração									
Total									

8 - Instrumentos financeiros

8.1. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Utentes
Os Serviços são realizadas em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de utentes não incluem juros debitados ao utente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de utentes são mensuradas ao custo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Empréstimos e contas a pagar não correntes
Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, são registados no passivo pelo custo.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros
As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:					
Passivos financeiros:					
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:					

9 - Benefícios dos empregados

9.1. Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os Orgãos Sociais ou Direcção, não são remunerados

9.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Os benefícios de curto prazo dos colaboradores incluem salários, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela entidade patronal.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	**290.105,45**	**277.745,87**
Remunerações do pessoal	**235.667,65**	**226.290,42**
Encargos sobre as remunerações	**51.889,36**	**47.689,74**
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	**1.848,44**	**2.145,84**
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	**700,00**	**1.619,87**

10 - Divulgações exigidas por diplomas legais

10.1. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

11 - Impostos e contribuições

11.1. Outras divulgações relacionadas com impostos sobre os rendimentos

A Associação encontra-se isenta do imposto, ao abrigo do Artigo 10.º do Codigo do Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas.

11.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,32		0,32	
Retenções efetuadas por terceiros	0,32		0,32	
Retenção de impostos sobre rendimentos	141,00	1.363,98		912,87
Contribuições para a Segurança Social		5.078,58		5.070,60
Outras tributações		9,06		9,09
Total	**141,32**	**6.451,62**	**0,32**	**5.992,56**

12 - Fluxos de caixa

12.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	224,04	27.281,55	27.168,75	336,84
Depósitos à ordem	41.994,45	490.831,78	504.947,40	27.878,83
Outros depósitos bancários	22.648,29	146.427,51	82.025,13	87.050,67
Total	**64.866,78**	**664.540,84**	**614.141,28**	**115.266,34**

Balanço - (modelo para ESNL) em 31-12-2021
(montantes em euros)

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	207.606,41	207.048,99
Outros créditos e ativos não correntes		560,13	459,21
		208.166,54	**207.508,20**
Ativo corrente			
Créditos a receber	8	1.813,28	1.297,96
Estado e outros entes públicos		141,32	0,32
Diferimentos		377,08	530,36
Caixa e depósitos bancários		115.266,34	64.866,78
		117.598,02	**66.695,42**
Total do ativo		**325.764,56**	**274.203,62**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	**10**		
Fundos	8	211.583,58	211.583,58
Resultados transitados		(22.798,13)	(34.896,96)
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	7	39.840,04	34.316,66
Resultado líquido do período		43.875,32	12.098,83
Total dos fundos patrimoniais		**272.500,81**	**223.102,11**
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	8	5.840,14	4.050,83
Estado e outros entes públicos		6.451,62	5.992,56
Outros passivos correntes	8;9	40.971,99	41.058,12
		53.263,75	**51.101,51**
Total do passivo		**53.263,75**	**51.101,51**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**325.764,56**	**274.203,62**

A Direção

Contabilista Certificado Nº 4961

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) do periodo findo em 31-12-2021
(montantes em euros)

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	6	38.857,92	30.793,35
Subsídios, doações e legados à exploração	7	348.062,18	304.343,23
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(17.080,93)	(11.922,99)
Fornecimentos e serviços externos	6	(30.113,41)	(23.621,74)
Gastos com o pessoal	9	(290.105,45)	(277.745,87)
Outros rendimentos	6	6.650,71	1.932,25
Outros gastos		(836,73)	(1.154,40)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		**55.434,29**	**22.623,83**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(11.596,84)	(10.525,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**43.837,45**	**12.098,83**
Juros e rendimentos similares obtidos	6	37,87	
Resultado antes de impostos		**43.875,32**	**12.098,83**
Resultado líquido do período		**43.875,32**	**12.098,83**

A Direção

Contabilista Certificado Nº 4961

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (modelo para ESNL) do periodo findo em 31 -12-2021
(montantes em euros)

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		38.937,15	30.736,80
Pagamentos a fornecedores		28.922,25	26.916,99
Pagamentos ao pessoal	9	289.723,44	283.166,48
Caixa gerada pelas operações		**(279.708,54)**	**(279.346,67)**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			0,03
Outros recebimentos/pagamentos		335.359,33	264.389,43
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**55.650,79**	**(14.957,27)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	12.552,69	28.707,83
Investimentos financeiros		100,92	102,39
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		7.364,51	36.157,79
Juros e rendimentos similares		37,87	82,93
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**(5.251,23)**	**7.430,50**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		50.399,56	(7.526,77)
Caixa e seus equivalentes no início do período		64.866,78	72.393,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período		115.266,34	64.866,78

A Direção

Contabilista Certificado Nº 4961

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do periodo findo em 31-12-2021
(montantes em euros)

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021 6		**211.583,58**			**(34.896,96)**		**34.316,66**	**12.098,83**	**223.102,11**		**223.102,11**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					12.098,83		5.523,38	(12.098,83)	5.523,38		5.523,38
7					**12.098,83**		**5.523,38**	**(12.098,83)**	**5.523,38**		**5.523,38**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8								**43.875,32**	**43.875,32**		**43.875,32**
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8								**49.398,70**	**49.398,70**		**49.398,70**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
10											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021 6+7+8+10		**211.583,58**			**(22.798,13)**		**39.840,04**	**43.875,32**	**272.500,81**		**272.500,81**

A Direção

Contabilista Certificado Nº 4961

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do periodo findo em 31-12-2021
(montantes em euros)

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020 1		**172.652,39**			**(34.896,96)**			**38.931,19**	**176.686,62**		**176.686,62**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							34.316,66	(38.931,19)	(4.614,53)		(4.614,53)
2							**34.316,66**	**(38.931,19)**	**(4.614,53)**		**(4.614,53)**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3								**12.098,83**	**12.098,83**		**12.098,83**
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3								**7.484,30**	**7.484,30**		**7.484,30**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Outras Operações		38.931,19							38.931,19		38.931,19
5											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020 6=1+2+3+5		**211.583,58**			**(34.896,96)**		**34.316,66**	**12.098,83**	**223.102,11**		**223.102,11**

A Direção

Contabilista Certificado Nº 4961